

Sobre wahenga.brief

Os wahenga.briefs são produzidos pelo Programa Regional da Fome e Vulnerabilidade (RHVP). O seu propósito é estimular debate sobre abordagens inovadoras sobre a fome e vulnerabilidade na África Austral. Debate e comentários são encorajados através de www.wahenga.net.

Abstracto

Métodos tradicionalmente utilizados para a resistência a choques assim como na recuperação pós-calamidades tipicamente incluem uma mistura de acções específicas aos níveis dos agregados familiares e das comunidades. As primeiras têm efeitos claramente desiguais na protecção dos agregados familiares, e as últimas estão em decadência devido a mudanças nos hábitos de vida das comunidades, a disseminação de relações de mercado e a forte incidência de pobreza crónica

A vulnerabilidade está a aumentar mas, embora as causas gerais sejam geralmente identificadas, existem poucos dados que ajudem a fazer a ligação as causas específicas da vulnerabilidade e o tipo de respostas de protecção social apropriadas.

Gestao Comunitária da Crise, Vulnerabilidade e Protecção Social na África Austral

Este documento resumo sumariza os aspectos chaves que emergem da literatura relacionada com os mecanismos tradicionais de saída de situações de crise, e a sua relação com a vulnerabilidade e a protecção social, particularmente nos países da África Austral. O documento procura identificar as lacunas de conhecimento nesta área, assim como os tópicos passíveis de pesquisa futura, identificados a partir das lacunas encontradas.

Os mecanismos tradicionais de saída das situações de crise incluem métodos utilizados pelos agregados familiares individualmente, até aos mecanismos de nível comunitário de gestão de riscos e os choques daí resultantes. Tais mecanismos incluem a produção e venda de bens, a diversificação das fontes de rendimento, e o recurso a sistemas tradicionais de ajuda mútua nas comunidades.

Estudos empíricos conduzidos em diversos países concluem que, apesar da sua importante contribuição, os mecanismos tradicionais de gestão da crise nem sempre protegem de igual forma a todos os membros das comunidades, e podem resultar num impacto desigual entre os agregados familiares. Isto resulta do facto de que a produção e posse de bens pelos agregados familiares não é, de longe, o melhor dos mecanismos tradicionais de ultrapassagem das crises e, na eventualidade de ocorrência de uma calamidade, os bens dos agregados familiares mais ricos tendem a ser menos afectados do que os dos agregados familiares mais pobres. Além disso, os mais ricos têm mais capacidade de diversificar as suas fontes de rendimentos, dedicando-se a actividades mais remunerativas.

Na região da África Austral, o aumento da vulnerabilidade tem em geral enfraquecido os mecanismos tradicionais de gestão de emergência, especialmente os relacionados com a ajuda mútua nas comunidades. Isto deve-se a que, em situações em que todos ou quase todos os membros de uma comunidade enfrentam uma crise no seu modo normal de vida, eles tornam-se incapazes de recorrer aos métodos tradicionais de resposta à crise. As principais causas identificadas como estando na origem do aumento da vulnerabilidade são: a liberalização dos mercados, o fraco desempenho económico em geral, o declínio das remessas salariais em resultado do encerramento dos postos de trabalho da África do Sul, o aumento da prevalência do VIH/SIDA, a redução do tamanho das áreas cultivadas, a governação ineficaz, a decadência da efectividade das instituições públicas, e a deterioração da segurança (aumento de criminalidade e roubos).

Estas causas da vulnerabilidade tendem a ser citadas numa forma generalizada em vários documentos sobre fome e vulnerabilidade na África Austral, e acredita-se que elas são, de uma forma ou de outra, as causas 'genéricas' do aumento da vulnerabilidade, aplicáveis de alguma maneira em toda a região. No entanto, este nível de generalização não permite que tais causas possam ser úteis para se saber que tipo de vulnerabilidade afecta diferentes grupos de pessoas em diferentes locais, e nem servem, conseqüentemente, de base analítica para a tomada de decisão sobre o tipo de protecção social

mais apropriado para estancar ou reverter o aumento da vulnerabilidade.

Tem-se argumentado que a proliferação de diferentes abordagens de protecção concebidas pelos governos, doadores ou ONGs podem 'diluir' os mecanismos tradicionais de maneio. Isto pode acontecer se as redes protectoras modernas tenderem a substituir, em vez de serem concebidas com o objectivo de melhorar os mecanismos tradicionais de respostas utilizados pelas comunidades. Por exemplo, os programas de comida pelo trabalho podem interferir com as prioridades de produção agrícola em determinadas épocas do ano; ou os programas de dinheiro pelo trabalho (cash for work) podem ser mais atractivos, mesmo a níveis de rendimento inferiores ao esforço necessário para a produção dos activos ou bens.

No entanto, existe pouca evidência empírica que favoreça o argumento acima descrito. O argumento contrário, feito de forma bastante plausível, é que os novos recursos são quase sempre 'aditivos' ao permitirem uma maior segurança e melhor cobertura do que a dependência única e simples nos esforços individuais e comunitários. Abordagens mais recentes sobre protecção social realçam o importante papel desta no fortalecimento da acumulação de activos ou bens e na elevação dos meios de subsistência em geral, promovendo o papel central dos mecanismos tradicionais de gestão de crises. Contudo, prevalecem dúvidas quanto à possibilidade do ressurgimento das práticas tradicionais de ajuda mútua em comunidades onde estas já caíram em desuso, pois a apropriação de tais práticas deixou de ter um carácter culturalmente obrigatório, pelo que se torna difícil a sua restauração. Todavia, este quadro não exclui a possibilidade do surgimento de novos consensos ao nível das comunidades acerca de problemas correntes, como por exemplo o cuidado de órfãos de VIH/SIDA e a redução da insegurança nas comunidades.

Apesar de haver muita pesquisa empírica e literatura nesta área de estudo, há ainda a necessidade de se fazer mais trabalho investigativo sobre os pontos de intersecção entre as várias causas de vulnerabilidade ao nível dos agregados familiares e das comunidades, sobre as medidas de protecção social projectadas ou em implementação, as respostas sociais em evolução no seio das comunidades para o combate à vulnerabilidade crónica, ou sobre as várias medidas de protecção social implementadas pelos governos, doadores ou ONGs.

Algumas posições provavelmente dúbias do ponto de vista ético têm sido tomadas como forma de encurtamento de processos na adopção de medidas eficientes de protecção social. Um exemplo é a distinção entre indivíduos vulneráveis incapacitados e indivíduos

'vulneráveis mas viáveis'. Grupos de advocacia de incapacitados poderão ter reacções legítimas em face de tal distinção. Mais ainda, as comunidades não são entidades estáticas com grupos sociais nitidamente delineados, pelo que as suas regras de comportamento social podem não considerar as distinções feitas por entidades externas como sendo 'justas' ou de carácter útil para a coesão social de cada comunidade.

Existe a necessidade de muito mais trabalho de pesquisa que ajude a estabelecer as ligações entre as causas específicas de vulnerabilidade e as práticas de protecção social emergentes, de tal maneira que os resultados obtidos sejam robustos e permitam formas de vida mais consistentes no futuro. Neste contexto, o desenvolvimento de indicadores de vulnerabilidade que possam ajudar a discernir de forma clara se as pessoas estão a tornar-se cada vez mais vulneráveis ou não, assim como a institucionalização de tais indicadores na avaliação e análise de vulnerabilidade (AAV) constitui um passo importante para o futuro.

No que se refere à protecção social, agências estatais e ONGs têm vindo a implementar uma grande variedade de métodos, em países diferentes, em diferentes momentos e por períodos de duração diferentes, mas pouco se sabe sobre o sucesso de tais medidas em estabelecerem progressos sustentáveis ao nível da capacidade dos agregados familiares em resistirem a choques.

Esta discussão sugere duas áreas principais de recolha de evidências com implicações práticas no estabelecimento de futuras abordagens de protecção social na região.

A primeira refere-se à necessidade de estabelecer uma ligação específica entre as diferentes causas da vulnerabilidade, as respostas de protecção social que são consideradas apropriadas para lidar com esse tipo específico de vulnerabilidade, a medida em que tal ligação exige mais pesquisa detalhada, e o caminho a seguir para uma maior e melhor resistência a choques, definido com base nas experiências concretas.

A segunda refere-se à avaliação da efectividade da extensa variedade de medidas de protecção social que surgiram na região da África Austral na sequência da crise alimentar de 2001-02, onde a efectividade não se refere apenas à eficiência de atingir os grupos de beneficiários-alvo, mas também examina o grau de sucesso relativo de cada uma das medidas relativamente aos objectivos propostos, olhando de forma crítica aos próprios métodos de identificação dos vulneráveis, erros de inclusão e exclusão, e os efeitos cumulativos ao nível dos agregados familiares e os impactos sociais nas comunidades onde os beneficiários residem.

Referências Bibliográficas

Chapoto, A. and T.S. Jayne, 2005, 'Impact of HIV/AIDS-Related Mortality on Rural Farm Households in Zambia: Implications for Poverty Reduction Strategies'. <http://www.aec.msu.edu/agecon/fs2/zambia/>

Dercon, S. (ed.), 2005, Insurance Against Poverty, UNU-WIDER Studies em Development Economics, Oxford: Oxford University Press

Dercon, S., 2005, 'Vulnerability: A Micro Perspective', Ch. em F. Bourignon (ed), Proceedings of the Annual Bank Conference in Development Economics, Maio de 2005

Jayne, T.S., D. Mather e E. Mghenyi, 2005, 'Smallholder Farming In Difficult Circumstances: Policy Issues for Africa', em International Food Policy Research Institute (IFPRI), The Future of Small Farms: Proceedings of a Research Workshop, Wye, Reino Unido, 26-29 de Junho, Washington, DC: IFPRI

Turner, S., 2005, Livelihoods and Sharing: Trends in a Lesotho Village, 1976-2004, Livelihoods Recovery through Agriculture Programme (LRAP), CARE Lesotho

Sobre o autor

Frank Ellis é Professor de Economia Agrária no Departamento de Estudos de Desenvolvimento da Universidade de East Anglia. , e é membro do Grupo para o Desenvolvimento Internacional (Overseas Development Group - ODG), que é um co-parceiro do RHVP. Ele trabalhou na área de preços e políticas de mercado na América Latina, África e na Ásia, e tem um interesse geral nas áreas de políticas agrárias e desenvolvimento rural.

O seu recente trabalho de pesquisa está virado para abordagens das formas de vida para a redução da pobreza rural. O Professor Frank é membro da equipe de pesquisadores em Trabalho Investigativo da RHVP.

20 Girton Road, North Park, 3rd Floor, Parktown, 2193, Johannesburg, South Africa
Postnet 307, Private Bag X30500 Houghton, Johannesburg, 2041, South Africa
E-mail: rhvp@rhvp.org Tel: +27 11 642 5211 Fax: +27 11 484 3829 www.wahenga.net

Funded by



Implemented by

